

**Eólica Mangue Seco 2 –
Geradora e Comercializadora de
Energia Elétrica S.A.**
**Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2015
e relatório de revisão**



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias.

Aos Administradores e Acionistas
Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Eólica Mangue Seco 2 (a "Companhia"), em 31 de março de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas "Demonstrações Financeiras" intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Mangue Seco 2. Em 31 de março de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

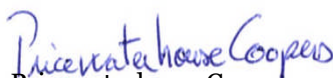


Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Valores correspondentes ao período anterior

Não revisamos, nem foram revisadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2014, apresentadas para fins comparativos e, conseqüentemente, não expressamos nenhuma conclusão sobre elas.

Recife, 7 de agosto de 2015


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" RN


Gustavo dos Santos Amud
Contador CRC 1RJ085031/O-0 "S" RN

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais Em milhares de reais

Ativo	31 de Março de 2015	31 de dezembro de 2014	Passivo e patrimônio líquido	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014 (reapresentado)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	18.788	17.966	Fornecedores (Nota 10)	1.576	1.229
Contas a receber (Nota 8 (a))	269	1.269	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	8.166	8.181
Outros créditos	99	88	Obrigações trabalhistas e tributárias	212	278
Despesas antecipadas	<u>92</u>	<u>105</u>	Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 12)	2.609	3.178
	19.248	19.428	Outras contas a pagar	<u>18</u>	<u>79</u>
				12.581	12.945
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	71.293	72.167
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	6.379	6.242	Provisão ambiental (Nota 13)	520	520
Outros ativos	476	476	Provisão para contingências (Nota 14)	108	105
Imobilizado (Nota 9)	<u>94.932</u>	<u>96.372</u>	Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 12)	2.121	2.121
	101.787	103.090	Outros passivos	<u>1.249</u>	<u>519</u>
				75.291	75.432
			Total do passivo	<u>87.872</u>	<u>88.377</u>
			Patrimônio líquido (Nota 15)		
			Capital social	35.353	35.353
			Prejuízos acumulados	<u>(2.190)</u>	<u>(1.212)</u>
			Total do patrimônio líquido	<u>33.163</u>	<u>34.141</u>
Total do ativo	<u>121.035</u>	<u>122.518</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>121.035</u>	<u>122.518</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto quando indiciado de outra forma

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2014	35.353	(533)	34.820
Prejuízo do período		271	271
Em 31 de março de 2014	35.353	(262)	35.091
Prejuízo do período		(950)	(950)
Em 31 de dezembro de 2014	35.353	(1.212)	34.141
Prejuízo do período		(978)	(978)
Em 31 de março de 2015	<u>35.353</u>	<u>(2.190)</u>	<u>33.163</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(978)</u>	<u>231</u>
Ajustes de		
Depreciação (Nota 9)	1.440	1.393
Juros, variações monetárias e cambiais	1.369	1.416
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	1.000	
Outros ativos	(135)	(295)
Fornecedores	347	137
Conta de ressarcimento – CCEE	(1.034)	(136)
Outras contas a pagar	<u>948</u>	<u>1.157</u>
Caixa gerado pelas operações	2.957	3.903
Juros pagos	<u>(1.369)</u>	<u>(1.416)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.588</u>	<u>2.487</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 9)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos - principal	<u>(766)</u>	<u>(673)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(766)</u>	<u>(673)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	822	1.814
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>17.966</u>	<u>11.970</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u><u>18.788</u></u>	<u><u>13.784</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de Natal –RN, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010, com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 2, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás e pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

As operações da Companhia iniciaram em setembro de 2011.

A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada MW *	Energia Assegurada (*) MWh	Início	Término
Mangue Seco 2	RN	Guamaré	26	12,07	Setembro de 2011	Junho de 2032

(*) Não revisado

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 7 de agosto de 2015.

(a) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou em 27 de outubro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”).

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram e estão apresentadas conforme pronunciamento CPC 21 – Demonstrações Intermediárias que tem como objetivo estabelecer o conteúdo mínimo de uma demonstração financeira intermediária.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos períodos findos em 31 de março de 2015 e de 2014, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia avaliou as novas normas e alterações de normas vigentes a partir do período iniciado em 1 de janeiro de 2015. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos dos novos pronunciamentos contábeis que são aplicáveis à Companhia:

OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas. Esta norma não impactou significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2015 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Reapresentação de cifras comparativas

Os saldos de 31 de dezembro de 2014 foram reapresentados conforme a seguir:

	<u>Originalmente apresentado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldos reapresentados</u>
Passivo circulante	8.235	4.710	12.945
Passivo não circulante	80.142	(4.710)	75.432
Total do passivo	<u>88.377</u>	<u></u>	<u>88.377</u>

A reapresentação dos saldos patrimoniais (passivo) foi efetuada para refletir a adequada segregação dos empréstimos e financiamentos entre curto e longo prazo. Não houve impacto na demonstração dos fluxos de caixa ou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

2.4 Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.5 Títulos e valores mobiliários

Depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Aerogeradores	20
Linhas de transmissão	20
Construções civis	20

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.7).

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenha sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.10 Conta de ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 30 de junho de 2016;
- b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá um bônus de 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

2.11 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia em 2014 adotou o regime de tributação “Presumido” e para o exercício de 2015 a companhia adota o regime de lucro Real.

2.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

(a) Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

2.15 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 1) e nas vidas úteis estimadas de cada bem (Nota 2.6).

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(ii) Conta de ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE possui limites de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada que implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (Nota 2.10). A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites trata-se de uma estimativa significativa.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios de 2014 e de 2013, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor Financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis tem risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de março de 2015				
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	8.584	8.357	22.972	93.852
Fornecedores (Nota 10)	1.576			
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	8.703	8.656	23.029	95.776
Fornecedores (Nota 10)	1.229			

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de Dezembro de 2014</u>
Total dos empréstimos (Nota 10)	79.459	80.348
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(18.788)	(17.966)
Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	(6.379)	(6.242)
Dívida líquida (a)	<u>54.292</u>	<u>56.140</u>
Total do patrimônio líquido	<u>33.166</u>	<u>34.141</u>
Total do capital (b)	<u>87.458</u>	<u>90.281</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	62%	62%

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Estimativa do valor justo

A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximo de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	31 de março de 2015	31 de Dezembro de 2014
Empréstimos e recebíveis		
Recursos em caixa e banco (Nota 6)	15	14
Certificados de depósitos bancários (Nota 6)	18.773	17.952
Contas a receber de clientes (Nota 8)	269	1.269
Títulos e valores Mobiliários (Nota 7)	6.379	6.242
	<u>25.436</u>	<u>25.477</u>
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	79.459	80.348
Fornecedores (Nota 10)	1.576	1.229
	<u>81.035</u>	<u>81.577</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de março de 2015	31 de Dezembro de 2014
Recursos em banco e em caixa (i)	15	14
Certificados de depósitos bancários (ii)	18.773	17.952
	<u>18.788</u>	<u>17.966</u>

- (i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) Os Certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Títulos e valores mobiliários

	31 de Março de 2015	31 de Dezembro de 2014
Banco do Nordeste do Brasil S.A. – Conta reserva	<u>6.379</u>	<u>6.242</u>

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, trata-se de uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado e tem rendimento de 95% do CDI.

8 Contas a receber

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
CCEE (a)	<u>269</u>	<u>1.269</u>

- (a) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia de eólica firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de março de 2015. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Imobilizado

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Aerogeradores</u>	<u>Linhas de transmissão</u>	<u>Construções civis</u>	<u>Máquinas, aparelhos e equipamentos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014							
Saldo inicial (Líquido - 31/12/2013)	5	3	79.814	9.904	12.343	50	102.119
Aquisições (2014)	1			5		6	12
Depreciação (2014)	(1)	(1)	(4.559)	(559)	(633)	(6)	(5.759)
Saldo contábil, líquido	<u>5</u>	<u>2</u>	<u>75.255</u>	<u>9.350</u>	<u>11.710</u>	<u>50</u>	<u>96.372</u>
Em 31 de dezembro de 2014							
Custo	7	5	91.182	11.186	12.664	58	115.102
Depreciação acumulada	(2)	(3)	(15.927)	(1.836)	(954)	(8)	(18.730)
Saldo contábil, líquido.	<u>5</u>	<u>2</u>	<u>75.255</u>	<u>9.350</u>	<u>11.710</u>	<u>50</u>	<u>96.372</u>
Em 31 de março de 2015							
Saldo inicial (31/12/2014)	5	2	75.255	9.350	11.710	50	96.372
Depreciação (2015)	(1)	(1)	(1.140)	(140)	(156)	(2)	(1.440)
Saldo contábil, líquido.	<u>4</u>	<u>1</u>	<u>74.115</u>	<u>9.210</u>	<u>11.554</u>	<u>48</u>	<u>94.932</u>
Em 31 de março de 2015							
Custo	7	6	91.182	11.186	12.664	58	115.103
Depreciação acumulada	(3)	(5)	(17.067)	(1.976)	(1.110)	(10)	(20.171)
Saldo contábil, líquido	<u>4</u>	<u>1</u>	<u>74.115</u>	<u>9.210</u>	<u>10.554</u>	<u>48</u>	<u>94.932</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Fornecedores

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Wobben Windpower Indústria e Comércio (a)	1.537	1.182
Outros fornecedores.	<u>39</u>	<u>47</u>
	<u><u>1.576</u></u>	<u><u>1.229</u></u>

- (a) O saldo refere-se à prestação de serviço de manutenção do parque eólico referente ao período de março até março de 2015.

11 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014 (reapresentado)
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	9,50% a.a.	79.459	80.348
		<u>79.459</u>	<u>80.348</u>
Circulante		<u>(8.166)</u>	<u>(8.181)</u>
Não Circulante		<u><u>71.293</u></u>	<u><u>72.167</u></u>

Em 2011, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. recursos para financiamento da construção do Parque Eólico Mangue Seco II, à taxa de juros de 9,50% a.a. Os recursos foram liberados em janeiro e março de 2012. Se o pagamento de juros ocorrer na data de vencimento, há um bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros.

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Março 2015
2016	6.125
2017	8.166
2018	8.166
A partir de 2019	<u>48.836</u>
	<u><u>71.293</u></u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Conta de Energia CCEE

A provisão apurada conforme os critérios definidos na Nota 2.10 está apresentada conforme a seguir:

	31 de março de 2015	31 de Dezembro de 2014
Circulante (a)	2.609	3.178
Não circulante (b)	2.121	2.121
	<u>4.730</u>	<u>5.299</u>

- (a) Corresponde à parcela superior ao limite de 10% de variação. O acerto financeiro deste montante está sendo efetuado mediante redução nos valores recebidos pela Companhia entre o período de julho de 2014 a março de 2015;
- (b) Corresponde ao limite de 10% sobre o fornecimento de energia elétrica referente a um ano de contrato.

13 Provisão ambiental

Está constituída provisão para passivo ambiental conforme estabelecido pela Lei 9.985/2000 no montante de 0,5% do valor do total do projeto, orçado em R\$ 103.999, totalizando R\$ 520.

Os valores foram registrados a contrapartida do Imobilizado. Cabe ao órgão ambiental do estado do Rio Grande do Norte indicar os projetos que receberão os investimentos.

14 Provisão para contingências

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Notificação por descumprimento de cláusula contratual (a)	<u>108</u>	<u>105</u>

- (a) Em maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE quanto ao não envio das medições anemométricas (velocidade e força dos ventos) e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE para o período de abril a dezembro de 2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Energia de Reserva firmado com a CCEE.

O não cumprimento desta obrigação ensejou na notificação, pela CCEE, de multa contratual no valor de 1% sobre a receita definida no Contrato de Energia de Reserva para o período supracitado.

A administração da Companhia, suportada pelos seus assessores jurídicos, considera que é provável o desembolso da multa para o período de abril a setembro de 2011, montando um valor total de R\$ 108 mil, o qual vem sendo atualizado monetariamente.

O período de outubro a dezembro de 2011 é considerado probabilidade de pagamento remota, uma vez que os dados foram enviados à EPE, embora que de forma intempestiva.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia apresentou defesa à CCEE, a qual encaminhou o mérito da questão à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL se manifestou através do Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2013 dando ganho ao mérito pleiteado pela Eólica. Ficando definido que a Companhia terá que calcular agora a multa de 1% com base na receita fixa mensal do contrato para o período em que foi verificado o atraso na medição de tais dados e não sobre o valor de 1% sobre a receita definida no Contrato de Energia de Reserva para o período correspondente.

A diferença do valor da multa foi estornada na contabilidade, ficando evidenciando somente o que é realmente devido segundo o parecer da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 31 de março de 2015, a administração da Companhia, suportada pelos seus assessores jurídicos, considera que o montante de causas possíveis de perda é de R\$ R\$261.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2015 é de R\$ 35.353 e está representado por 35.352.931 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia. O acionista Petróleo Brasileiro S.A. detém de 51 % das ações e a acionista Central Elétricas Brasileira S.A. detém de 49% das ações.

(b) Destinação do lucro

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social.

Do saldo, ajustado na forma do art. 202 da lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral, após ouvido o Conselho de Administração.

16 Receita operacional líquida

	31 de março de 2015	31 de março de 2014 (não revisado)
Receita com venda de energia elétrica	2.986	3.449
Impostos sobre o faturamento		
PIS	(49)	(23)
COFINS	(227)	(103)
Total de Impostos sobre o faturamento	(276)	(126)
Receita líquida	<u>2.710</u>	<u>3.323</u>

A receita com venda de energia elétrica no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Custos com geração de energia

	31 de março de 2015	31 de março de 2014 (não revisado)
Depreciação	1.440	1.392
Energia	143	128
Servidão de passagem e aluguéis	63	58
Representação CCEE e NOS	98	90
Custo com pessoal cedido	61	54
Vigilância e segurança	55	62
Serviço de manutenção do parque (a)	409	118
Custo de devolução por não atingir meta (CCEE) (b)	328	
Outros custos	114	59
	2.711	1.961

- (a) Refere-se substancialmente ao contrato de manutenção firmado com a Wobben Windpower Indústria e Comércio (Nota 10);
- (b) Corresponde à provisão da multa (15%) referente ao não atingimento da meta de fornecimento da energia contratada (Nota 2.10).

18 Despesas gerais e administrativas

	31 de março de 2015	31 de março de 2014 (não revisado)
Remuneração da administração	144	8
Despesa com serviços		27
Locação de mão-de-obra	37	32
INSS – Previdência Social	11	
Despesas com viagens	5	26
Aluguéis	7	6
Despesas com seguros	3	8
Assessoria jurídica	24	32
Assessoria contábil	10	10
Contribuições associativas	20	4
Serviço auditoria	9	
Contribuição Sindical Patronal	26	27
Despesa com publicação		14
Outros	33	20
	329	214

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Receitas e despesas financeiras

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de março de 2014</u> (não revisado)
Despesa de juros sobre empréstimos	(1.244)	(1.059)
Outras despesas financeiras	(7)	(1)
Despesas financeiras	<u>(1.251)</u>	<u>(1.060)</u>
Receita de juros sobre aplicações financeiras	<u>603</u>	<u>367</u>
Receitas financeiras	<u>603</u>	<u>367</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(648)</u>	<u>(693)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

	<u>31 de março de 2014</u> (não revisado)
Receita bruta de vendas	3.449
Adiantamentos recebidos (*)	<u>1.404</u>
Base fiscal	4.853
Presunção imposto de renda	8%
Presunção contribuição social	12%
Demais Receitas e Ganhos de Capital	366
Imposto de renda – Presumido	754
Imposto de renda: 15%	113
Dedução IRRF	(10)
Adicional do imposto de renda: 10%	<u>69</u>
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – Presumido	582
Contribuição social: 9%	<u>52</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>224</u>

(*) Tributação por regime de caixa.

Em 2015, a Companhia alterou o sistema de tributação de Lucro Presumido (utilizado em 2014) e passou a adotar para a apuração de base de cálculo do IRPJ e CSLL, o sistema de tributação de Lucro Real Trimestral, no qual os impostos são apurados e recolhidos trimestralmente.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015, não foram auferidos lucros, portanto, não havendo apuração e reconhecimento de IRPJ e CSLL a pagar neste período.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) que se tornou obrigatório no ano-calendário 2010 conforme disposto no Art. 15; § 30 da Lei 11.941/09 e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos e não identificou divergências.

21 Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014 (não revisado)
Honorários da diretoria	<u>144</u>	<u>8</u>

Não há outras transações com as partes relacionadas da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

22 Seguros (não revisado)

As coberturas de seguros foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	118.223
Responsabilidade civil	5.000

* * *